



O ENSINO MÉDIO NO TERRITÓRIO DA 8^a. ADR DE CAMPOS NOVOS: contribuições para o desenvolvimento regional

Argos Gumbowsky¹

Kelli Regina Gonçalves dos Santos Assunção²

RESUMO: O presente artigo é resultado de um estudo empírico sobre o ensino médio na 8^a Agência de Desenvolvimento Regional, de Campos Novos, Santa Catarina. Como objetivo geral, buscou-se identificar os limites e as possibilidades das contribuições do Ensino Médio para o Desenvolvimento Regional do território pesquisado. Foram pesquisados 17 gestores escolares, 15 representantes da comunidade regional e 100 professores do ensino médio. Ao final da investigação, concluiu-se que as contribuições do Ensino Médio para o desenvolvimento regional e atuação no mercado de trabalho são limitadas, não permitindo autonomia de escolha, tanto à região pesquisada quanto aos jovens.

Palavras-chave: Ensino Médio; Desenvolvimento Regional; Políticas Educacionais; Território e desenvolvimento.

ABSTRACT: The present article is the result of an empirical study about the High School in the 8th Agency of Regional Development, from Campos Novos, Santa Catarina. The main purpose was to identify the limits and possibilities of the High School contributions for the Regional Development in the researched territory. Seventeen head teachers, fifteen representative of the regional community and 100 high school teachers were interviewed. At the end of the investigation it was concluded that the High School contributions for the regional development and the performance in the job market are limited, not allowing the autonomy for choices, as for the researched region as for the youths.

Keywords: High School; Regional Development; Educational Policies; Territory and Development.

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo foi relatar os resultados de pesquisa sobre o Ensino Médio no território da 8^a Agência de Desenvolvimento Regional e sua articulação com o desenvolvimento. A região pesquisada abrangeu a 8^a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), ou seja, os municípios que integram a Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (AMPLASC). A AMPLASC é composta por 7 municípios:

¹Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: argosgum@gmail.com

²Mestrado em Desenvolvimento Regional pela UNC- Universidade do Contestado – 2018. E-mail: kellipersonal@uol.com.br



Brunópolis, Vargem, Monte Carlo, Abdon Batista, Celso Ramos, Zortéa e Campos Novos. A educação remete a um olhar desafiador para essa região, pois alguns aspectos percebidos no cenário nacional, afetam diretamente os dados municipais. No período de 2007 a 2017, a meta esperada do IDEB era um aumento de 3,4 para 4,3. No entanto, conseguiu-se atingir apenas 3,7 como nota máxima. Assim, a nota ficou estacionada em 3,7 de 2011 a 2015, não tendo elevação dos índices educacionais. Portanto, em 8 anos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) cresceu apenas 0,2 pontos. Para atingir a meta prevista para 2021, será necessário crescer 1,5 pontos em 6 anos. (BRASIL, MEC/INEP, 2017).

Quando se direcionou o olhar para a região pesquisada, observou-se que, de acordo com o censo demográfico de 2010, houve uma porcentagem de 7,18% de jovens no município de Vargem e de 24,42% no município de Zortéa - com idade de até 18 anos – que não conseguiram concluir o Ensino Médio. No que corresponde ao desempenho dos alunos da educação básica, a região de Campos Novos se encontra em patamar inferior à média de Santa Catarina, tanto no IDEB quanto na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (CAMPOS NOVOS, 2016). Pelo processo de engajamento do Ensino Médio em desenvolver e potencializar o capital humano e social, buscou-se compreender de que forma o mercado de trabalho e a comunidade se articulam com este segmento educacional para o desenvolvimento regional.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A educação, principalmente a profissionalizante, insere-se no embate das discussões sobre desenvolvimento regional e suas articulações com o ensino médio, pois a forma com que se infere no mercado de trabalho ao tentar suprir a demanda em se tratando de inovação e agregação de valor por meio do conhecimento tecnológico, favorece essa aproximação, construindo uma ponte entre educação e os ciclos econômicos. Em seu artigo intitulado “A Relação entre Educação e Desenvolvimento” Oliveira, Oliveira e Moraes (2016) elencam uma série de perspectivas teóricas elaboradas mais recentemente, portanto, mais condizentes e alinhadas com o recorte histórico dessa pesquisa a partir da



década de 1980. Essas concepções propõem um pensar mais global sobre a noção de desenvolvimento, contemplando múltiplos aspectos. Destacou-se a relação entre desenvolvimento, direitos humanos e desenvolvimento pessoal, que permitiria a cada indivíduo aprimorar seus talentos e potencialidades, atingindo autorrealização e felicidade. Isso só seria possível se as necessidades básicas fossem sanadas por meio de acesso amplo e universal aos serviços públicos (incluindo a educação), bem como, fosse garantido direito à moradia e ao tempo ocioso (SACHS, 2008; VEIGA, 2010 *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 3).

Para Dowbor (2006, p. 1), “a ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que no futuro possam participar ativamente das iniciativas capazes” de fazer a transformação ao seu redor, de produzir dinâmicas construtivas. Dando seguimento na relação possível entre desenvolvimento e educação Caleiro (2008), afirma que a educação promove benefícios individuais e coletivos. Segundo o autor, a educação (e o conhecimento) permitem aumento de produtividade e salários, resultando em melhor qualidade de vida, abarcando: redução da pobreza, aumento da expectativa de vida, redução da taxa de fecundidade, redução nos índices de violência, melhoria no acesso aos serviços de saúde, entre outros aspectos.

É importante ressaltar que o simples aumento de oferta educacional não é garantia de alcance ao desenvolvimento; é necessário considerar a qualidade da educação oferecida. Em termos qualitativos, é possível perceber que os países mais desenvolvidos (com maior IDH) dispõem de um maior nível de educação. Gera-se assim, o que Caleiro (2008), define como círculo virtuoso, no qual os investimentos em políticas públicas educacionais retornam à sociedade ocasionando maior desenvolvimento, que por sua vez possibilita mais educação de qualidade e assim sucessivamente (CALEIRO, 2008). A juventude brasileira ainda sofre com um sistema que não apresenta a legitimidade de seus direitos educacionais nem ao menos oportunizando a igualdade e acesso a todos irrestritamente. No âmbito do debate acadêmico/teórico, bem como em documentos oficiais das políticas públicas, preconiza-se uma escola de igualdade. Porém, na prática, o que existe na maioria dos casos, é uma escola promotora de desigualdade social, cultural e acadêmica.



O TERRITÓRIO DA 8ª AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAMPOS NOVOS

Com a intenção de aproximar as regiões do poder público estadual, foram criadas as Agências de Desenvolvimento Regional - ADR. Especificamente na região de Campos Novos, a 8ªADR foi instalada em 2015, a partir da transformação da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), que data do ano de 2003. A 8ªADR é umas das maiores do estado de Santa Catarina, no que diz respeito a extensão, e é composta por oito municípios. São eles: Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem, Zortéa (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 7). Essa Agência de Desenvolvimento Regional está localizada no Planalto Sul Catarinense e abrange “uma população de 58,15 mil habitantes somando todos os municípios que a compõem, sendo que 28,86% residem no meio rural”. No período entre 2000-2010, apresentou “uma taxa média de crescimento demográfico de 0,73% ao ano, constituindo a ADR como a 20ª maior taxa de crescimento do estado” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 7). Porém, no que diz respeito à população economicamente ativa (PEA), “a região computa 0,83% (29.330 pessoas) do total de Santa Catarina, sendo que os municípios de Campos Novos e de Monte Carlo detêm 58% e 14% desse total, respectivamente”. O envolvimento “da região na PEA do estado subiu de 0,67% em 2000 para 0,83% em 2010, ao mesmo tempo em que o ritmo de crescimento da PEA no estado (2,82%) foi um pouco superior ao da região de Campos Novos (2,11%)” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 10). Sendo assim, a população economicamente ativa contribui para o desenvolvimento local e regional, caracterizando um aspecto demográfico importante para a composição da economia ativa, influenciando diretamente na qualidade de vida da população.

As atividades direcionadas à agropecuária compõem boa parte da economia local, abrangendo desde pequenos produtores até grandes latifundiários. O comércio e a prestação de serviços ainda estão em desenvolvimento, necessitando de uma renovação dos negócios locais, incentivando os jovens a empreender. A expansão imobiliária é constante, apesar do pouco incentivo financeiro por parte de bancos estatais e de investidores de outras regiões. Em dezembro de 2014, na região da ADR de Campos Novos,



o número de empregos formais era de 15.150, “ocupando a 27ª posição em geração de emprego no estado. A taxa de crescimento do emprego foi de 8,41% ao ano, ficando na 1ª posição dentre as ADR’s em crescimento entre 2010 e 2014” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 20). Em conformidade com esses dados, é possível afirmar que a oferta de emprego na localidade de 8ªADR ainda é superior em relação a outras regiões. Contudo, alguns setores (o do comércio, por exemplo) oferecem poucas oportunidades. Além disso, jovens vivenciam dificuldades para adentrar no mercado de trabalho, pois há indícios de que parte dos comerciantes preferem pessoas mais experientes. Em dezembro de 2014, a remuneração dos trabalhadores formais “foi de R\$ 2.173,00 na média de Santa Catarina, sendo que os empregados na região da ADR de Campos Novos recebiam R\$ 1.716,00, ocupando a 20ª posição dentre as 36 ADR’s” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 20). Percebe-se que o índice médio do nível salarial na região estudada, não fica aquém de municípios desenvolvidos.

Quando comparada à média do estado de Santa Catarina, território representado pela 8ªADR, denota maior número de empregos “concentrados na agropecuária, extração vegetal e na administração pública e bem menos no setor de serviços”. Configura-se assim, como um lugar “de perfil mais equilibrado em termos de oportunidades de emprego formal nos distintos setores produtivos” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 20). Sobre o grau de instrução na região de Campos Novos, tem-se: “35,8% dos empregados formais com o Ensino Médio completo, número inferior ao do estado, que é de 42,8%. Outros 15,6% têm o Ensino Superior (completo e incompleto) e 40,17% têm somente o ensino fundamental (completo e incompleto). (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 23). A formação educacional da população é determinante para o desenvolvimento regional, pois está intimamente ligada à elevação salarial. Além disso, a articulação entre os setores da economia local depende de instrução específica em determinadas áreas.

O ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA 8ª ADR

Cada unidade escolar da região da 8ª ADR possui suas singularidades, ainda que pertencentes à mesma rede de ensino. As localidades possuem particularidades que em



nada se assemelham uma com a outra, ou seja, apresentam realidades distintas. Desse modo, foi de extrema importância percorrer todas as unidades escolares para compreender melhor o objeto da pesquisa. Em cada escola pesquisada, incluiu-se a população para compor a análise dos dados.

Tabela 1 - Instituições de ensino nos municípios da ADR de Campos Novos

	Escolas Públicas		Escolas Particulares	EJA	Formação Técnica – Cursos				
	Estadual	Municipal			SENAI	SENAC	CEDUP	IFSC	IFC
Santa Catarina	1.302	3.962	954	67	61	16	14	103	62
ADR Campos Novos	17	57	5	2	1	0	0	0	0
Abdon Batista	1	3							
Brunópolis	2	4							
Campos Novos	8	30	5	1	1				
Celso Ramos	1	2							
Ibiam	1	2							
Monte Carlo	2	9		1					
Vargem	1	5							
Zortéa	1	2							

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observou-se na Tabela 1 que não há instituições federais na 8ª ADR. A presença destas seria fundamental para melhorar a capacitação dos jovens para o mercado de trabalho. A formação técnica profissionalizante “[...] é oferecida pelo SENAI [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial] na rede privada. Até 2017, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) também não oferecia cursos profissionalizantes na região. Ressalta-se que igualmente seria fundamental essa oferta para suprir a falta de mão de obra em setores específicos como confeitiro, padeiro, dentre outros. Em 2018, o município de Abdon Batista teve seu Centro de Educação Profissionalizante (CEDUP) inaugurado, resultado de anos de ‘luta’ para que a estrutura, já finalizada, pudesse ser inaugurada com os cursos profissionalizantes necessários para a região. Como essa pesquisa engloba o Ensino Médio da rede pública estadual, elencou-se abaixo o contexto do Ensino Médio nos municípios de abrangência da 8ª Agência de Desenvolvimento Regional.



Tabela 2 – Ensino Médio na 8ª ADR: estabelecimentos de ensino, cursos e matrículas em 2017.

ESCOLAS QUE OFERTAM ENSINO MÉDIO	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	CURSOS OFERECIDOS
EEB Paulo Blasi Campos Novos	401	Formação Geral Ensino Médio Inovador - EMI Magistério
EEB Henrique Rupp Junior Campos Novos	238	Formação Geral
EEB CEL. Gasparino Zorzi Campos Novos	137	Formação Geral Ensino Médio Inovador - EMI Técnico Em Administração – EMIEP
EEB Professor José Faria Neto Campos Novos	45	Formação Geral
EEB Deputado Augusto Bresola Vargem	91	Formação Geral
EEB José Zancheti Abdon Batista	46	Formação Geral
EEB José Cesário Brasil Celso Ramos	85	Formação Geral Ensino Médio Inovador – EMI
EEB Major Cipriano Rodrigues de Almeida – Zortéa	83	Formação Geral Ensino Médio Inovador – EMI
EEB Heriberto Hulse IBIAM	67	Formação Geral
EEB Prof Virginia Paulina da Silva Gonçalves Monte Carlo	381	Formação Geral Ensino Médio Inovador - EMI Técnico Em Agronegócio – EMIEP
EEB Nadir Becker Brunópolis	124	Formação Geral

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 2, apontou que das 11 escolas pesquisadas da rede estadual de ensino, apenas 2 oferecem cursos profissionalizantes aos alunos, sendo que todas oferecem a formação geral e 5 o Ensino Médio integral. Especificamente na região de abrangência da ADR de Campos Novos, entre os anos de 2014 e 2015, o número de escolas da rede pública de ensino estadual aumentou de 16 para 17 (1,31% do total de escolas estaduais de Santa Catarina) (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 37-38). Esse aumento da rede estadual derivou da implantação de cursos técnicos profissionalizantes e do Ensino Médio em tempo integral. A seguir, adentrou-se nos estudos com a análise do IDEB das escolas pesquisadas.



Tabela 3 - Comparativo do IDEB Entre: Média Brasil, Média Estado de Santa Catarina e Média dos Municípios da 8ª ADR – 2015

Comparativo	2015	
	Meta Alcançada	Meta Projetada
Brasil	3.7	4.3
Santa Catarina	3.4	4.4
Município da 8ª. ADR	4.6	5.0

Fonte: Brasil, 2018

A região de Campos Novos possui grau superior à média de Santa Catarina no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O índice observado a nível nacional foi de 3.7 em 2015, não atingindo a meta que era de 4.3. No estado de Santa Catarina, o índice foi de 3.4, no entanto, a meta era chegar aos 4.4. A região de Campos Novos atingiu no IDEB de 2015 os 4.6, o que é considerado uma boa média para índices educacionais. O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina apresenta como meta abranger “em 2021 as seguintes médias para o IDEB: Anos Iniciais do Ensino fundamental = 6,5; anos Finais do Ensino Fundamental = 6,2” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 13). Então, para se obter tais índices, os investimentos em escolas públicas da região são fundamentais. No entanto, estes investimentos precisam incluir além de estrutura física, também a questão pedagógica.

Tabela 4 – IDEB (2015); Taxa de Distorção Idade Série, Taxa de Abandono do Ensino Médio, ENEM (2014)

Ente Federado/ADR	Taxa de Distorção Idade/Série	Taxa de Abandono Ensino Médio	Nota média do ENEM
Santa Catarina	16,10	6,50	501,30
ADR	17,42	8,34	489,64
Abdon Batista	25,00	6,30	502,00
Brunópolis	21,00	15,50	
Campos Novos	16,90	7,10	491,40
Celso Ramos	8,50	0,00	
Ibiam	14,60	2,90	501,00
Monte Carlo	15,90	13,60	481,10
Vargem	23,80	12,50	487,30
Zortéa	17,40	4,70	475,80

Fonte: Campos Novos, 2016, p. 14.



No Enem, as cidades da região pesquisada, apresentaram notas bem inferiores à média estadual, com exceção do município de Abdon Batista. O pior resultado coube ao município de Zortéa. Diante desses índices, destacou-se que os gestores públicos envolvidos na educação estadual na 8ª ADR, devem atentar para tais dados, pois estes revelam problemas sérios no que concerne ao direito de acesso e permanência; e a qualidade da educação. A Taxa de Abandono do Ensino Médio da 8ª ADR é significativa quando comparada com a média do estado. Apesar disso, existem municípios com bons “resultados, como é o caso de Celso Ramos, Ibiama e Zortéa. Os que possuem taxas de abandono elevadas são Brunópolis, Monte Carlo e Vargem” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 14). Observou-se nesses municípios (especialmente em Monte Carlo) altos índices de vulnerabilidade social, nos quais são necessárias medidas de intervenção para afastar os jovens de situações de risco por meio da educação. Ainda sobre esse assunto, a presente investigação empírica forneceu indícios de que, entre todos os fatores que levam à evasão escolar, o mais determinante é a entrada precoce no trabalho.

No que diz respeito à “ Taxa de Distorção Idade-Série, a região apresentou valores um pouco superiores à média estadual, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio ”. Diversos municípios na região expõem “Taxas de Distorção Idade - Série no Ensino Médio muito elevadas, sobretudo o município de Abdon Batista, Brunópolis e Vargem” (CAMPOS NOVOS, 2016, p. 14). Conseqüentemente, entendeu-se que a manutenção das escolas públicas que abrangem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda é imprescindível, pois o EJA permite que esse grupo populacional possa retornar aos bancos escolares, mesmo que tardiamente. Na tabela 6 foram elencados os números das matrículas do Ensino Médio no ano de 2017.



Tabela 5 – Distribuição de Alunos, Professores e Gestores da 8ª ADR em 2017

Escolas (Município)	Número de professores que atuam no Ensino Médio	Número de Alunos por Turno			Número de alunos matriculados no Ensino Médio	Número de Gestores Escolas
		Matutino	Vespertino	Noturno		
EEB Paulo Blasi (Campos Novos)	27	443	353	232	364	3
EEB Henrique Rupp Junior (Campos Novos)	14	400	289		239	2
EEB. Gasparino Zorzi (Campos Novos)	20	198	216		121	2
EEB Professor José Faria Neto (Campos Novos)	11	107	113		41	1
EEB Deputado Augusto Bresola (Vargem)	12	95	98	90	90	2
EEB José Zancheti (Abdon Batista)	07	131	81	42	42	2
EEB Major Cipriano Rodrigues de Almeida – (Zortéa)	13	25	6		82	2
EEB José Cesário Brasil (Celso Ramos)	12	66			19	2

Continua

Continuação Tabela 6

EEB Heriberto Hulse (Ibiam)	15	100	70		63	2
EEB. Prof Virginia Paulina da Silva Gonçalves (Monte Carlo)	29	63		115	371	2
EEB. Nadir Becker (Brunópolis)	11	94	71	46	117	1
Total	171	1722	1297	525	1.549	21

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Pôde-se observar os números de alunos, professores e gestores que compõem a 8ª ADR. Além disso, a Tabela 6 apontou que uma quantidade expressiva de alunos frequenta o Ensino Médio matutino e que a matrícula no Ensino Médio noturno é reduzida, pois muitas escolas não oferecem a opção do ensino noturno.



Tabela 6 – Distribuição do número de alunos por categoria de ensino: regular, inovador, integral, profissionalizante 8^a ADR (2017)

ESCOLAS	Regular	Inovador	Integral	Profissionalizante
EEB Paulo Blasi (Campos Novos)	304	60		42
EEB Henrique Rupp Junior (Campos Novos)	239			
EEB Gasparino Zorzi (Campos Novos)	-	39		82
EEB Professor José Faria Neto (Campos Novos)	41			
EEB Deputado Augusto Bresola (Vargem)	90			
EEB José Zancheti (Abdon Batista)	42			
EEB Major Cipriano Rodrigues de Almeida – (Zortéa)	25	57		
EEB José Cesário Brasil (Celso Ramos)	66	19		
EEB Heriberto Hulse (Ibiam)	63			
EEB Prof Virginia Paulina da Silva Gonçalves (Monte Carlo)	178	193		
EEB Nadir Becker (Brunópolis)	117			
Total	1.165	368		124

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Constatou-se que o número de alunos matriculados no Ensino Médio Regular foi maior que nas outras modalidades de ensino. Outro aspecto identificado, e que se faz relevante, é o fato de que os estudantes possuem pouca possibilidade de optar por tipos de Ensino Médio. Muitos municípios oferecem apenas uma modalidade, designada pelas escolhas governamentais feitas previamente. Isso acaba diminuindo a autonomia dos alunos. Reiterou-se que a oferta de escolas de Ensino Médio da 8^a ADR está adequada em relação ao número de alunos, pois a procura e o número de vagas condizem com a realidade dos municípios envolvidos na pesquisa. Todavia, há grande escassez na oferta de algumas modalidades como o Ensino Médio Integral e o Profissionalizante. Tal fato requer ser analisado e repensado, visto que os jovens exigem um leque mais amplo de opções para delinear seu futuro acadêmico e/ou profissional, permitindo que não tenham suas oportunidades de ensino tolhidas.

METODOLOGIA

Este artigo caracterizou-se como um estudo empírico, ou seja, fundamentado na observação de experiências vividas na prática, coletando dados reais, analisando-os. Além



disso, apoiou-se em Gil (2001) que, ao classificar as pesquisas com base em seus objetivos, determina três tipos: exploratória, descritiva e explicativa.

No contexto deste artigo adotou-se, em um primeiro momento, os aspectos qualitativos, quando se partiu do conhecimento prévio das escolas de Ensino Médio da 8ª ADR. Selecionaram-se fontes bibliográficas e documentais sobre Educação, Desenvolvimento Regional e Ensino Médio. Na busca pelas referências bibliográficas, consultaram-se anais de Congressos Educacionais sobre o Ensino Médio; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; livros e artigos científicos listados em portais de pesquisa e bases de dados, tais como: Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI), Sistema de Informação Científica Redalyc, Google Acadêmico, Plataforma SciELO, Banco Internacional de Objetos Educacionais, Portal de Periódicos Capes e Indexador Educ@. Para a coleta dos dados que subsidiou esta pesquisa de campo, foi utilizado como instrumento a aplicação de um questionário, constituído por perguntas fechadas, utilizando-se a escala de Likert (com 5 pontos) e a escala nominal. Com o objetivo de preservar os aspectos éticos, os pesquisados assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A amostra selecionada para a pesquisa constituiu-se por: 15 líderes regionais, 100 professores e 17 gestores escolares que trabalham diretamente com ensino médio na 8ª ADR de Campos Novos. Os 100 professores e os 17 gestores entrevistados atuam nas seguintes escolas e respectivos municípios: a) EEB Paulo Blasi - Campos Novos; b) EEB Henrique Rupp Junior - Campos Novos; c) EEB CEL. Gasparino Zorzi - Campos Novos; d) EEB Professor José Faria Neto - Campos Novos; e) EEB Deputado Augusto Bresola - Vargem; f) EEB José Zancheti - Abdon Batista; g) EEB José Cesário Brasil-Celso Ramos; h) EEB Major Cipriano Rodrigues De Almeida - Zortéa; i) EEB Heriberto Hulse - Ibiam; j) EEB Prof Virginia Paulina Da Silva Gonçalves - Monte Carlo; k) EEB Nadir Becker - Brunópolis.

Nesta pesquisa também buscou-se conhecer a opinião das lideranças regionais. As questões elencadas procuraram traçar um diagnóstico com base nesses em sua participação e envolvimento com o ensino médio. Foram entrevistadas as seguintes lideranças regionais: a) Secretário Executivo da 8ª ADR - Gestão 2018; b) Associação



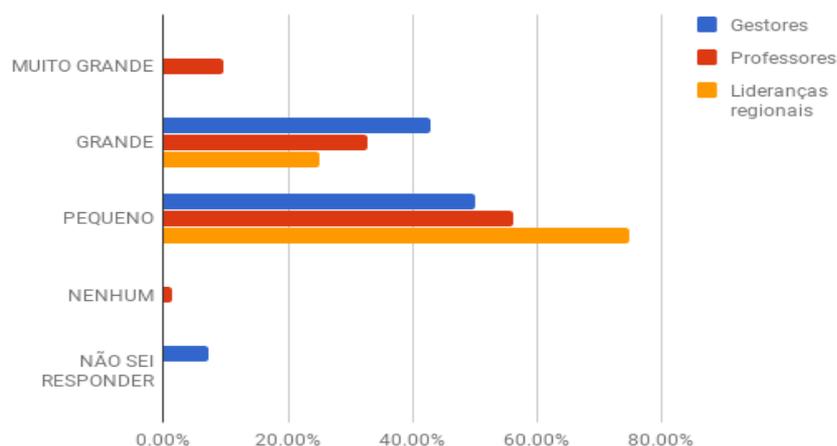
Empresarial Camponovense (ACIRCAN) - Presidente gestão 2018; c) Clube de diretores lojistas (CDL) - Presidente gestão 2018; d) Prefeitura de Campos Novos - Vice-Prefeito gestão 2018; e) Prefeitura de Abdon Batista - Prefeito gestão 2018; f) Prefeitura de Monte Carlo – Prefeita gestão 2018; g) Prefeitura de Vargem - Secretário de Educação gestão 2018; h) Prefeitura de Zortea - Prefeito gestão 2018; i) Prefeitura de Ibiam - Prefeito gestão 2018; j) Prefeitura de Celso Ramos – Vice-prefeito gestão 2018; k) Prefeitura de Brunópolis – Representante do Prefeito gestão 2018; l) Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (AMPLASC) – Representante gestão 2018; m) Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Papeis (SITRIPEL): Vice-Presidente gestão 2018; n) Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos – Presidente gestão 2018; o) Cooperativa Agropecuária Camponovense – Presidente gestão 2018. Esse contingente totalizou 15 entrevistados.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A proposta foi investigar a contribuição do Ensino Médio para o Desenvolvimento Regional. Isso só pôde ser feito e compreendido a partir de um trabalho de campo, na perspectiva de alcançar o objetivo proposto. Assim, se fez necessário ouvir aqueles que participam desse processo, como gestores, professores, comunidade e lideranças regionais. Essa “escuta” foi feita com o intuito de perceber as influências, os fatores mobilizadores e as tendências para essa região, bem como construir uma visão realista deste cenário. Na sequência, foram apresentados alguns dos principais resultados da pesquisa.



Gráfico 1 - Percepção sobre os alunos oriundos do ensino médio quanto ao grau de autonomia na escolha profissional frente ao mercado de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quando questionadas sobre a autonomia dos alunos do Ensino Médio para a escolha profissional e para o mercado de trabalho, 25% das lideranças regionais citaram que essa autonomia é grande e 75% defenderam que essa autonomia é pequena. Os entrevistados justificaram essa resposta pautados em suas vivências nos cargos que ocupam e relataram que a especialização é o fator mais preocupante. Alegaram que a dificuldade em inserir o jovem no mercado de trabalho é frequente, pois poucos possuem algum diferencial e muitos ainda não sabem direito o que querem. Ou seja, saem do Ensino Médio sem uma formação específica para o mercado de trabalho, cabendo à empresa fornecer o treinamento e o apoio para especializá-los ou procurar por algum candidato com a formação adequada para a vaga. Quase todas as empresas entrevistadas possuem programas de incentivo para o ingresso do jovem no mercado de trabalho, como exemplo o Jovem Aprendiz. As lideranças foram unânimes em afirmar que o Ensino Médio (Formação Geral) não é suficiente para gerar autonomia de escolha frente ao mercado de trabalho. Dessa forma, o ensino profissionalizante ou até mesmo o acesso ao Ensino Superior melhoraria a perspectiva desse jovem frente ao mercado de trabalho.

De acordo com o Gráfico 1, 56% entre professores entrevistados relataram que a autonomia dos alunos sobre a escolha profissional para o mercado de trabalho é pequena.



33% citaram que essa autonomia de escolha é grande, 10% defenderam que é muito grande e 1% afirmou que os alunos não possuem autonomia de escolha frente ao mercado de trabalho. Salientou-se que esse dado se diferencia de região para região. Algumas localidades, como aquelas com a economia predominantemente agrícola ou madeireira, geraram uma percepção de menor autonomia de escolha profissional por parte dos alunos, pois os mesmos seriam direcionados a atuar nessas áreas. Outro fator relevante presente nos relatos dos professores foi a preocupação quanto à evasão dos jovens de suas regiões à procura de melhores oportunidades. Ainda referente à autonomia dos alunos do Ensino Médio quanto a sua escolha de atuação no mercado de trabalho, 50% dos gestores escolares admitiram que essa autonomia é pequena, 43% elencaram como grande e 7% não souberam responder. Sobre esse tópico, entendeu-se que, como sociedade, devemos almejar uma educação contra hegemônica, caracterizada por:

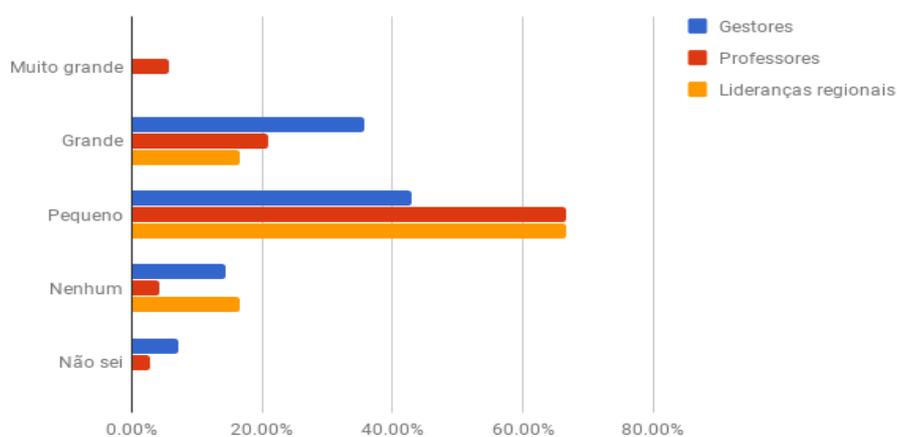
[...] uma educação em que os saberes da classe trabalhadora e seus poderes como classe não sejam reprimidos. Trata-se de um processo de construção contra hegemônica, no sentido de que os trabalhadores não tenham apenas o direito a serem instruídos, mas que sejam esclarecidos e que tenham “[...] reconhecida a sua capacidade de pensar, decidir sua sorte [...]”, de serem sujeitos de saber e de cultura (ARROYO, 2002, p. 77).

Essa educação contra hegemônica seria capaz de se opor a educação hegemônica, ou seja, aquela que serve a perspectiva capitalista, subjuga os saberes das classes trabalhadoras e fornece apenas conhecimentos necessários para a manutenção da máquina produtiva (ARAÚJO et al., 2012). Assim sendo, esses jovens poderiam ter maior autonomia de escolha em relação ao mercado de trabalho, pois a educação tem função construtora e reconstrutora dos espaços de vida dos alunos. Então, a escola é um lugar de cultura, de esporte, de política, de economia, de ecologia, de aprendizados variados e todos devem ser envolvidos e responsáveis pelos “processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas atitudes, valores”. (LIBÂNEO, 1998, p. 24). A autonomia depende de que estes valores sejam trabalhados na escola para formar cidadãos conscientes de seu valor para a sociedade. Em muitas situações, ser autônomo não depende exclusivamente da escolha pessoal, pois o



próprio meio no qual cada indivíduo se insere é determinante para tal característica. Portanto, “reencantar a educação significa colocar a ênfase numa visão da ação educativa como ensejamento e produção de experiências e aprendizagem”. (ASSMANN, 1999, p. 29). Isto é, deve-se estimular o jovem à ação e, principalmente, a ser líder de si mesmo.

Gráfico 2 – Integração entre os setores da economia (primário, secundário e terciário) e as escolas que oferecem ensino médio



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Conforme o Gráfico 2, os gestores não marcaram a opção “muito grande”, 31% apontaram que é grande essa interação, 46% acreditaram ser pequena, 15% relataram que não há nenhuma interação e 8% não souberam precisar. A partir dos anos 90, a gestão democrática ganhou adeptos e força, pois visou retirar o gestor de uma visão fechada, ampliando sua atuação com a comunidade e seus pares. No que diz respeito aos professores, 67% relataram que esse envolvimento é mínimo.

Quando as lideranças foram indagadas sobre qual o grau de percepção acerca da integração entre os setores primários, secundários e terciários observou-se um dado importante: as lideranças definiram como pequena (67%) a interação entre os setores primário, secundário e terciário, 11% consideraram grande, 11% apontaram não haver nenhuma interação e outros 11% avaliaram como muito grande. Isso remete à noção de



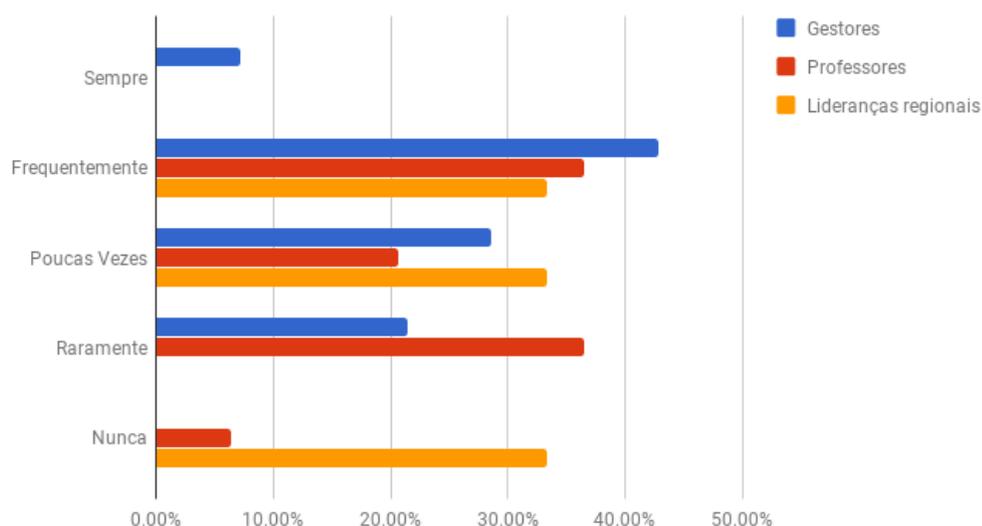
capital social definida por Coleman (apud SIEDENBERG, 2006) como o elemento do capital humano que permite a uma dada sociedade e seus membros acreditarem uns nos outros, contribuindo no desenvolvimento de grupos novos ou associações. Ainda segundo o autor, esse capital é ampliado quando utilizado e diminui quando não é utilizado, sendo intangível.

Bourdieu apresenta um conjunto de argumentações evidenciando que o capital social parte do pessoal para o coletivo, formando uma organização estável de relações, mais ou menos institucionalizadas, que são conectadas por ligações duradouras e úteis, num ambiente físico, social e econômico inseparável. Ou seja:

O volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BORDIEU, 1998, p. 249)

Essas características das organizações sociais, sejam elas redes ou sistemas, aumentam a eficácia das políticas públicas e, conseqüentemente, ampliam a cultura da reciprocidade e da confiança entre membros de uma sociedade ou em torno dela.

Gráfico 3 – Frequência com que o empresariado regional (8ª ADR) interage junto as escolas de ensino médio contribuindo com a formação para o mercado de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.



No Gráfico 3, observou-se que 43% dos gestores afirmaram que os empresários interagem frequentemente com as escolas, 7% assinalaram a opção “sempre”, 29% afirmaram que poucas vezes e 21% disseram que raramente esse contato acontece. Boiser (1996) relata que o desenvolvimento engloba cenários interdependentes, a saber: o cenário contextual, o cenário estratégico e o cenário político. Entre esses há uma relação entre a globalização, a descentralização do processo político e o fortalecimento das cidades e regiões, que podem ser fortalecidas por meio dessas interações estratégicas fundamentais para a educação e para o desenvolvimento regional. Constatou-se, também no Gráfico 3, que para os professores, a porcentagem de empresários que interage com as escolas de Ensino Médio é relativamente baixa, pois 37% responderam que raramente acontece esta interação, 21% afirmaram que ocorre poucas vezes e 6% responderam que isso nunca acontece.

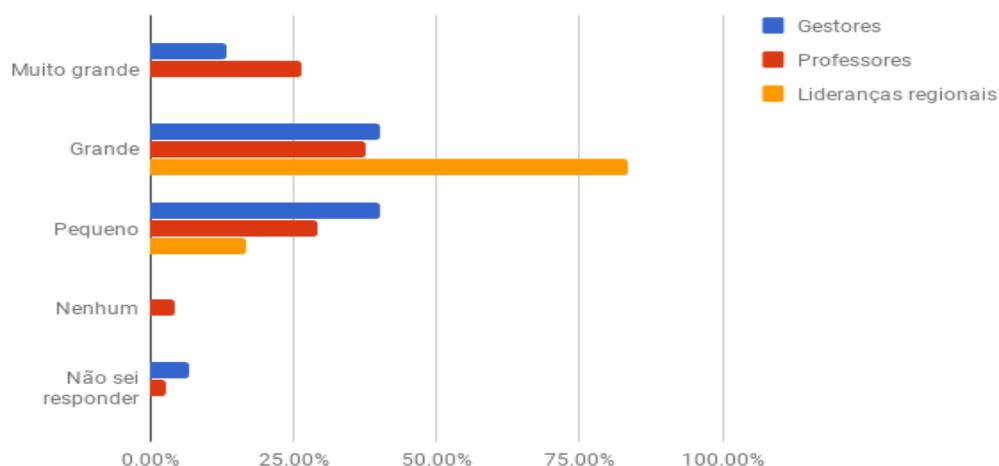
Ainda nesse item, 20% das lideranças regionais asseguraram ser frequente essa interação, 20% narraram que isso nunca acontece e 40% mencionaram que há poucas interações entre o empresariado e o Ensino Médio. Agora, 10% assinalaram a opção “raramente” e outros 10% a opção “sempre acontece”. Levando em consideração que uma maioria considerou que há pouca interação, pôde-se afirmar que também há pouca compreensão dessa realidade, pois esses sujeitos:

[...] constroem culturas que transformam a natureza através das ações e da realização do trabalho, tendo em vista a sobrevivência adquirida pelas experiências de vida, assim como através das relações educativas que se processam no meio social. [...] o importante é que o conhecimento seja refletido e inovado dando oportunidade para o crescimento dos sujeitos no espaço social local e para o fortalecimento da dignidade humana bem como para a formação da cidadania (ARANHA, 1996, p. 27).

Para atingir o que Aranha (1996), argumenta, é essencial que exista interação, firmando compromissos sólidos com a educação e o desenvolvimento regional por parte dos empresários e das lideranças regionais.



Gráfico 4 – Grau de contribuição do ensino médio para o desenvolvimento regional



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sobre a contribuição para o desenvolvimento regional atribuída ao Ensino Médio, 15% dos gestores consideraram que é muito grande, 31% responderam que é grande, 46% que é pequena e 8% não souberam precisar esse aspecto. O desenvolvimento Regional pode ser considerado como a soma de ações. Conforme Paula (2001), desenvolvimento regional é o processo de criar determinadas vantagens comparativas e competitivas em certa localidade, de modo a favorecer o crescimento econômico e simultaneamente elevar o capital humano, o capital social, a melhoria das condições de governo e o uso sustentável do capital natural. A formação dos jovens pode elevar os índices de desenvolvimento regional, pois o investimento em capital humano pode melhorar os índices de desenvolvimento econômico, seja ele local ou regional. Por meio da questão de como a conclusão do Ensino Médio contribui para o desenvolvimento regional, verificou-se que os professores se manifestaram da seguinte maneira: 26% julgaram que é muito grande, 38% admitiram como grande, 29% conjecturaram que essa contribuição ainda é reduzida (o que diferiu de estudos posteriores), 4% acreditaram que esse fator não interfere no desenvolvimento regional e 3% não souberam responder acerca do impacto desse nível de formação para o desenvolvimento regional. O Gráfico 4 apresentou que 67% das lideranças entenderam essa contribuição como grande, 11% julgaram ser muito grande, 11% avaliaram que ainda é pequena e outros 11% não souberam precisar. Assim, ressaltou-se que a



igualdade de oportunidades escolares se transformaria em igualdade de oportunidades sociais, ou seja, a educação é a chave para o desenvolvimento econômico, contribuindo para o progresso da nação e aumentando sua competitividade na economia internacional. (KRAWCZYK, 2011). Dessa forma, justificou-se a importância de incentivar os jovens a concluírem o Ensino Médio no contexto da 8ª ADR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades escolares da 8ª ADR se diferenciam, mesmo pertencentes a mesma rede de ensino. Cada localidade possui particularidades que nada se assemelham uma com a outra, ou seja, denotam realidades distintas. Pôde-se concluir que a atuação da educação do nível Ensino Médio no mercado de trabalho e no desenvolvimento regional é limitada e ela não promove autonomia de escolha à região pesquisada (8ª ADR) e aos jovens dessa localidade. A falta de incentivo para o acesso ao Ensino Superior é um problema regional recorrente. Entendeu-se que há necessidade de apoio aos jovens para que os mesmos permaneçam em seus locais de origem e não se evadam para outros municípios em busca de oportunidades. Esse movimento tem reflexo direto na economia local e regional. Afinal, o fortalecimento de políticas que incentivam o acesso ao Ensino Superior em determinada região, fomenta oportunidades e aprimora os talentos locais. Apostar no território é fortalecer a identidade territorial, social, cultural e de pertencimento, o que poderia melhorar, inclusive, a problemática da evasão juvenil. Diante disso, o aumento de vagas no programa “Jovem Aprendiz”, com oportunidade para os que estudam no Ensino Médio em período integral, seria relevante para a evolução pessoal e social desses aprendizes. Consequentemente, geraria maior articulação entre a escola e o mercado de trabalho. Percebeu-se um distanciamento nas articulações entre escola e trabalho, o que interfere na forma como o jovem se apresenta e é inserido no mundo funcional, gerando expectativas frustradas para a sua condição de aprendiz e futuro trabalhador.

Em vista da conjuntura analisada, observou-se que o índice de desenvolvimento humano regional é relativamente bom, no entanto a identificação do potencial dos alunos para adentrar o mercado de trabalho e contribuir economicamente para o desenvolvimento



regional levou a algumas premissas. Uma delas seria a possibilidade de o jovem melhorar a sua formação por meio de cursos técnicos profissionalizantes pós-médio e inserir-se no Ensino Superior, pois segundo as lideranças regionais possuir unicamente a formação do Ensino Médio não está garantindo a qualificação profissional desejada pelos mesmos. Outro ângulo importante se refere às políticas públicas relacionadas à educação e ao desenvolvimento regional. Nesse sentido, o amparo, a formação, a pesquisa e o empreendedorismo da região da 8ª ADR necessitam de um olhar mais específico. Salientou-se que os investimentos em infraestrutura nas escolas estão acontecendo de forma efetiva, mas os avanços para a qualificação e a profissionalização atendendo a demanda estudantil ainda são deficientes, necessitando que sejam mais eficazes.

As instituições federais (como o IFSC e o IFC) não abrangem essa região da 8ª ADR. Porém, identificou-se que seriam fundamentais, principalmente para contribuir com uma melhor capacitação da juventude para o mercado de trabalho. A formação técnica profissionalizante de instituições como SENAC e SENAI engloba somente a cidade de Campos Novos e poucas escolas estaduais oferecem cursos técnicos profissionalizantes. A falta de profissionalização dos alunos do Ensino Médio não corresponde somente a uma falta de motivação, mas também a ausência de oportunidades de a rede pública e privada oferecerem opções de estudo e capacitação para esses estudantes. Por fim, detectou-se que a contribuição do Ensino Médio para o desenvolvimento regional da 8ª ADR ainda é inexpressiva, carecendo de apoio de todos os envolvidos para a melhoria dos indicadores que circundam a educação e a economia local e regional.



REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima et al. Formação de trabalhadores, educação, hegemonia e contra hegemonia. In: SEIBT, C. L.; OLIVEIRA, J. P. G.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **Educação e desenvolvimento regional desafios e perspectivas**. Cametá: CUNTINS, 2011. 258 p. p. 15-30.

ARROYO, Miguel G. O Direito do Trabalhador à Educação. In: MINAYO GOMEZ, Carlos (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo a sociedade aprendente**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC. **Associação – Iniciativa – Municípios**. Disponível em: <<http://www.amplasc.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. de 2017.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Notas Estatísticas. Brasília-DF, fevereiro de 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Resultados e Metas. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 03 maio 2018.

CALEIRO, Antônio. Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?. In: ACTAS DO 1.º ENCONTRO LUSO-ANGOLANO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2008, Évora. Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural [...]. Évora: Universidade de Évora, 2008. Disponível em: <http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/9572>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CAMPOS NOVOS. Perfil Socioeconômico ADR. **Crescendo Juntos: Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais**. 2016. Disponível em:



<<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais/779--98/file>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

DOWBOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro,, n. 261, p. 14-30, Jan./fev./mar. 2017, Disponível em: http://lam.ibam.org.br/revista_detalhe.asp?idr=649. Acesso em: 24 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.144, v.41, p. 752-769, set./dez. 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Marcelo; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido; MORAES, Marcela Barbosa de. A Relação Entre Educação e Desenvolvimento. In: VII - MIPG - Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, UNITAU - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/316605914_A_RELACAO_ENTRE_EDUCACAO_E_DESENVOLVIMENTO>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In. SILVEIRA, Caio; REIS, Liliane (Orgs.). **Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias**. Rio de Janeiro: DLIS, 2001.

SIEDENBERG, Dieter R. **Dicionário desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.